



O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Declaro iniciada a 4ª Reunião de Audiência Pública de 2017 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião é resultado da aprovação do Requerimento nº 6, de 2017, de minha própria autoria, com a finalidade de receber o Secretário-Geral do Tribunal de Contas da União, Sr. Cláudio Castello Branco, que apresentará a esta Comissão o *Relatório de Políticas e Programas de Governo 2017*.

Neste momento, convido a compor a Mesa o Dr. Cláudio Castello Branco, Secretário-Geral do Tribunal de Contas da União. (*Pausa.*) Seja bem-vindo!

Convido também o Sr. Marcelo Barros Gomes, Coordenador-Geral de Controle Externo de Resultados de Políticas e Programas Públicos do Tribunal de Contas da União. (*Pausa.*) Seja bem-vindo!

Convido ainda o Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União. (*Pausa.*) Seja bem-vindo!

De acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante costumeiramente dispõe de 20 minutos para sua exposição, evidentemente, prorrogáveis a juízo da Comissão. E, nesse momento, não é comum, não é normal, o aparte.

E, conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, obedecendo a um prazo de 3 minutos.

O interpelado também disporá de 3 minutos para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo também de 3 minutos. É vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Informo que a lista de inscrição está aberta. Portanto, os Parlamentares que desejem se inscrever poderão fazê-lo aqui com a nossa assessoria, que coordena comigo os trabalhos.

Dito isso, vamos à apresentação.

Concedo a palavra ao Sr. Cláudio Castello Branco, Secretário-Geral do Tribunal de Contas da União.



O SR. CLÁUDIO CASTELLO BRANCO - Bom dia. Cumprimento as autoridades presentes, na pessoa do Exmo. Senador Dário Berger.

Eu gostaria de agradecer muitíssimo a oportunidade concedida ao Tribunal de Contas da União, aos técnicos do Tribunal de Contas da União, para apresentar aos senhores um dos relatórios que nós consideramos mais relevantes para esta Casa: o relatório de avaliação das políticas públicas.

Há muito que nós queremos nos aproximar cada vez mais do Congresso Nacional. E o principal meio de comunicação que temos são os nossos relatórios, a principal porta de entrada é a CMO, e o meio mais importante é o Orçamento.

Este relatório visa especificamente atender a essa necessidade que temos desse vínculo permanente com o Congresso Nacional, no sentido de auxiliá-lo permanentemente.

Vou começar a nossa exposição apresentando para os senhores por que fazemos este relatório.

(Segue-se exibição de imagens.)

A própria Constituição Federal determina que façamos a fiscalização orçamentária e operacional. Então, estes dois termos: orçamentária e operacional são o foco principal deste relatório.

E, especificamente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, em seu art. 123, impõe ao Tribunal de Contas da União a entrega para os senhores de um quadro-resumo relativo à qualidade da implementação e ao alcance de metas e objetivos dos programas e ações governamentais, ou seja, um relatório sobre o que foi feito com o que foi aprovado nesta Casa; que resultado foi alcançado; o que foi implementado; e qual a qualidade disso. Esses são aspectos extremamente importantes.

Este relatório traz para nós e para os senhores o resultado de políticas públicas e programas, para se saber se os objetivos estão sendo alcançados ou não.

Dados os motivos pelos quais fazemos este relatório, vamos pensar um pouco, vamos nos concentrar um pouco no ambiente em que nós nos encontramos agora no nosso País, na nossa Nação. Não é um ambiente bom.



Devido ao novo regime fiscal, a priorização de programas capazes de gerar os resultados esperados e a análise minuciosa do Orçamento se fazem extremamente necessárias. Nós temos uma retração econômica da ordem de 7%, nos últimos 2 anos, e um PIB decrescente. Tudo isso exige que a qualidade e os resultados dos programas sejam cada vez mais efetivos, mais eficientes, mais eficazes.

Para isso, tanto o Tribunal de Contas da União como esta Casa têm que trabalhar cada vez mais detidamente na peça orçamentária. Precisamos ter insumos, precisamos ter avaliações. Precisamos saber se está havendo um bom planejamento, uma boa coordenação, uma boa integração, um bom monitoramento dos resultados.

Tudo isso nos leva a diversos problemas em todas as áreas basicamente. O Tribunal tem a capacidade de fiscalizar toda e qualquer área pública. Isso é uma oportunidade e um grande risco. Tudo o que é feito na Nação nós podemos ver.

E a Nação hoje nos apresenta vários indicadores muito ruins. O País está no 55º lugar no *ranking* de logística, entre 106 países; é campeão mundial em homicídios; é o 81º em competitividade, entre 138 países; tem 27% de analfabetos funcionais; tem 11 das 25 cidades mais violentas do mundo — eu mesmo já fui assaltado e levei dois tiros, ou seja, já senti na pele o problema da nossa sociedade, no nosso dia a dia —; o País é o 55º em eficiência em saúde, entre 55 países; e tem 53% das organizações municipais em patamar inicial de governança. Isso é grave! Nós temos que fazer algo.

Em termos gerais, 8 em cada 10 brasileiros, ou seja, 80% da população brasileira, acredita que nós — aí tenho que dizer nós, já que não podemos culpar o só Executivo, porque somos todos parceiros na tentativa de obter resultados na aplicação da política pública — utilizamos mal os recursos.

Nós não temos mais tempo. Nós falamos sempre em preparar o Brasil para os nossos filhos e nossos netos, mas nós temos que preparar o Brasil para nós agora, já, transformá-lo hoje!

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União, com o objetivo de aprimorar a administração pública e promover uma administração pública efetiva, ética, ágil, com entrega rápida, tem focado sua atividade em três pilares básicos: avaliar a eficiência



e a qualidade dos serviços públicos, o que tem a ver com o que nós estamos comentando; combater a fraude e a corrupção, que afetam diretamente o resultado das políticas e dos programas públicos; e, especificamente, avaliar o resultado final das políticas e programas públicos, para saber que metas foram atingidas e qual a qualidade dessas metas.

Como base temos a transparência e a conformidade com a lei e os regulamentos. Isso é básico. A transparência cura todos esses problemas, permite verificar a eficiência, combate fraudes e apresenta resultados.

Como construímos este relatório? Nós conversamos muito. Nós fizemos acordos de cooperação técnica entre o TCU e as Casas do Congresso, o que dá guarida a essa atividade, tranquilamente. Fizemos reuniões entre o Presidente do TCU e os Presidentes da Câmara e do Senado. E fizemos também reuniões com os Presidentes das Comissões Temáticas, oficinas de trabalho e reuniões técnicas com as Consultorias Legislativas e de Orçamento muito profícuas. Com o próprio Executivo nós tivemos reuniões também, para apresentar os resultados de trabalho.

Em que este relatório, após toda essa discussão, focou? Quais são as principais perguntas que queremos responder?

A primeira delas: quais são os problemas estruturantes da atuação estatal que impactam os resultados das políticas e programas públicos? Para responder a essa pergunta, nós juntamos, colimamos, 26 acórdãos recentemente tratados no Tribunal e que apresentam, sistematicamente, os problemas centrais de desgovernança, falta de gestão de riscos e assim por diante, falhas estruturais e estruturantes na execução do orçamento e na obtenção de resultado.

Uma segunda questão fulcral foi: quais são os principais problemas que afetam o alcance de resultados dos programas e ações fiscalizados? Nesse caso de ações fiscalizadas, nós selecionamos algumas ações mais recentes, num total de sete ações, sete trabalhos que apresentaram problemas específicos em áreas que foram pré-acordadas com os senhores: saúde, educação, segurança, finanças públicas, sistema prisional, infraestrutura — transporte público e mobilidade urbana —, previdência e produtividade.

Isso resultou na seleção dos sete programas que estão aqui apresentados: Portal Único do Comércio Exterior; Política de Telecomunicações; Ação de



Implantação e Melhoria dos Sistemas Públicos de Resíduos Sólidos; Ações para Controle da Sífilis; Programa Bolsa Formação; Fundo de Financiamento Estudantil — FIES, no qual graves problemas foram vistos; Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional — PNASP. Esses foram os sete programas selecionados, especificamente.

Voltando, então, nós pegamos 26 trabalhos já realizados e que, sistematicamente, apresentavam os problemas mais comuns, mais recorrentes na administração pública no tocante à elaboração e ao resultado do Orçamento e sete com assuntos específicos, para ver se eles continuam acontecendo ou não.

Quais resultados encontramos? Antes de falar do resultado, volto um pouco ao contexto. Estamos falando aqui de 46% do PIB, ou seja, do nosso orçamento hoje. O gasto público é muito elevado. Cada vez mais temos que ter qualidade e proficiência com o orçamento, ter cuidado com a sua avaliação e com a celebração do seu resultado.

No que podemos focar esses valores? Em 655 bilhões de reais, que são as políticas públicas, que nós podemos tratar previamente, orientar a formulação, a elaboração e a avaliação do seu resultado. É muito dinheiro, é muita responsabilidade. É preciso cada vez mais fazer melhor o nosso trabalho: CMO, TCU, Poder Executivo e os outros Poderes também.

O que foi encontrado basicamente em termos gerais? Déficits institucionais de governança e gestão. Desde 2006, o tribunal tem batido no tema da governança e gestão, ineficiência. Sugere ineficiência no gasto e desperdício na aplicação dos recursos, desde a parte de ineficiência ou fraude; falha na estratégia do Estado, que apresenta ausência de um planejamento de longo prazo — até hoje não temos uma visão de 20, 30 ou 40 anos. Isso é essencial para uma nação, é essencial para medirmos os resultados e alcançá-los —; e a ausência generalizada de planos estratégicos institucionais. As instituições *per si* têm poucos planos que apresentam objetivos indicadores e metas a serem alcançados.

Por outro lado — aqui eu gostaria de ressaltar uma atividade extremamente importante do Tribunal de Contas da União —, nós não queremos somente consertar o que está errado, através de proposta de melhoria ou das punições que também fazemos de forma impecável, mas, paralelamente, ou até mesmo,



principalmente, nesses casos, queremos pegar também as boas práticas, em que situações o orçamento, a execução orçamentária, os resultados, as transformações são exequíveis, são claras.

Trouxemos aqui alguns casos de boas práticas: Pernambuco tem um plano de longo prazo até 2035, Mato Grosso, até 2031 e o Ceará, até 2040. Ou seja, os Estados talvez já estejam à frente do Governo Federal. Isso é ótimo! Cria o que eu chamo de “ciúme construtivo”: vamos vê-lo e vamos tentar praticar igual ou melhor.

Há algumas falhas ainda na estratégia do Estado, a fragilidade do PPA e a falta de uniformidade e padronização dos planos nacionais e setoriais.

Nós podemos contribuir muito. O PPA é uma peça, como dizem, um pouco de ficção. Ela ainda não deixa com clareza indicadores de efetividade, indicadores, objetivos, metas, resultados que devem ser alcançados. A comunicação entre os planos é muito difícil. Hoje nós temos parâmetros internacionais chamados de MTEF — Medium Term Expenditure Framework, pelo Banco Mundial, que criam planos de longo prazo e de médio prazo, que dizem como devem ser os critérios básicos. O nosso PPA pode ser aprimorado muito, as nossas elaborações orçamentárias podem ser mais bem elaboradas.

Vimos também que 67% dos Ministérios avaliados não possuem capacidade para acompanhar o desempenho e os resultados de seus programas. Isso é péssimo! Aprovamos o dinheiro. E aí? Aprovamos recursos, temos alguma meta a alcançar, às vezes não temos nem a meta a alcançar, mas nem medimos o resultado.

No mesmo tópico, está a ineficiência nos mecanismos de monitoramento e avaliação. Somente 33% produzem informações sobre o desempenho e os resultados. Isso é básico, o processo de *accountability*. Estamos tendo agora paralelamente a essa audiência pública um evento sobre governança alheia, o Seminário Internacional Governança e Democracia, no qual é tratada justamente a *accountability*, a transparência e a prestação de contas. Se não temos informações sobre desempenho e resultados, como vamos prestar contas, como vamos melhorar, vamos aprimorar?

Deficiência na articulação e na coordenação. Este aqui é um exemplo interessante que trouxemos. Ao mesmo tempo em que há uma política que promove



o uso sem agrotóxicos, há outra política, outro programa que subsidia o uso do agrotóxico. Ao mesmo tempo, o Governo compete entre si com seus programas.

Vimos falhas também na gestão de riscos. Só 54% estariam no estágio de capacidade inicial da gestão de riscos. Cada vez mais nós temos que fazer a gestão de risco. A gestão de risco é não conseguimos entregar um resultado. O risco nós evitamos. O agente público mitiga ou aceita. Nós temos que mitigar o risco de não entregar um bom resultado. De todas as organizações 49% não têm essa gestão de risco, 109 organizações federais declararam que o processo de gestão de risco não está implantado. Essa foi uma avaliação em 7.700 organizações respondentes.

Há impropriedades também na governança do próprio orçamento e gestão de risco do orçamento — como havia comentado—, a capacidade dos órgãos de entregar, os riscos inerentes ao processo orçamentário. Dois itens são históricos: a superestimação da receita e a incrementalidade do Orçamento Federal. Por não haver todos esses elementos de gestão de risco, de uma boa avaliação, de uma boa planificação, nós aumentamos nosso orçamento ano a ano, simplesmente, para aumentar 10%. Agora as restrições são para não aumentar, mas de forma linear e a superestimação da receita. Sempre tivemos esse problema histórico.

Vimos também problemas de gestão e governança no Centro de Governo. O Centro do Governo aqui entendido como o Ministério do Planejamento, Casa Civil, Ministério da Fazenda, os órgãos centrais. Isso se reflete quase simetricamente nas políticas. Os problemas vistos no cérebro geram os problemas no corpo.

Então, se o Centro de Governo não consegue fazer as sinapses devidas no cérebro, as coordenações devidas, isso afeta toda a base, todos os programas decorrentes em todos os Ministérios. Existem casos de sucesso? Sim, mas a coordenação, a implementação é muito deficiente. Isso gera problemas nacionais crônicos.

Nós falamos de saúde, educação, segurança, há anos. Nós temos que parar com isso.

Este quadro aqui apresenta os resultados, em termos percentuais, do que mais apareceu: deficiência no planejamento, na formulação, deficiência na articulação e coordenação, deficiência na gestão de governança financeira, deficiência na gestão de risco e controles internos, no monitoramento e avaliação,



no desenvolvimento das competências específicas e da governança e gestão com as soluções de tecnologia de informação e de pessoas.

Há um fato interessante que agrava toda essa situação. Vimos que temos muito dinheiro. Na realidade, lidamos com muito dinheiro, 600 bilhões nas políticas. Por outro lado, não temos um controle efetivo, uma execução orçamentária boa, desde a sua formulação até o resultado final, e, embora os gastos tenham sido crescentes, o nosso IDH não conseguiu aumentar. Ou seja, continuamos gastando mal. Lembram-se daqueles 8 de 10 que reclamam? Daqui a pouco vão chegar de 10 em 10, porque o IDH é o que dá o nosso sentimento de cidadão. O nosso Índice de Desenvolvimento Humano é muito baixo, embora a nossa carga tributária seja muito elevada.

Por fim, quase terminando, o que nós deliberamos? Nós fixamos um prazo de 60 dias para a manifestação acerca das possibilidades de ações já empreendidas para tratar das ocorrências apontadas no relatório. Ou seja, o Poder Executivo, em 60 dias nós apontamos várias deficiências. E o que vocês já fizeram em 60 dias? O que já foi feito nessas áreas para corrigir isso?

Recomendamos a elaboração de um plano de ação que contemple essa medida para o aprimoramento das atividades-chave dos Estados, notadamente no arcabouço de planejamento e orçamento, na capacidade de articulação, monitoramento e avaliação da coerência do conjunto de programas e ações governamentais.

Essas duas medidas, embora simples, em tese, são extremamente relevantes e motivam o Executivo. Olha, eu já estou fazendo isso e pretendo fazer mais.

Uma clareza muito grande que nós temos que ter é que a missão essencial do Tribunal de Contas da União é aprimorar, não é punir. Então, o que nós queremos é que todos esses problemas acabem, que a maioria desses processos seja realmente implementada, gerando, assim, as entregas, suprimindo as necessidades do cidadão e transformando o nosso País.

O que propomos, em composição com os senhores? Realizar audiências públicas com a participação do Congresso, do centro de governo e do TCU. Ou seja, dessas informações que solicitamos, o que já foi feito? O que se pretende fazer para sanar todos esses problemas? Essas medidas que estão sendo adotadas são



suficientes? Que essas medidas sejam apresentadas aqui em conjunto, com a CMO capitaneando, e o TCU e o Poder Executivo dialogando. Dessa maneira, estamos construindo, sim, estamos melhorando o nosso orçamento, estamos transformando o nosso País.

Quero convocar os responsáveis pelos programas e ações analisados, especialmente aqueles sete que nós pontuamos, para prestarem contas e apresentarem as medidas saneadoras dos problemas, ou seja, com um foco geral com o centro de Governo — Casa Civil, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda — e outro nos problemas específicos que avaliamos.

É essencial que haja uma agenda conjunta com o TCU, com o acompanhamento sistemático da adoção das medidas propostas.

Não basta só o diálogo, não bastam só os acórdãos do Tribunal. Precisamos também de alterações legislativas para permitir o aprimoramento da governança de gestão. Elas podem ser colocadas na LDO ou em outros instrumentos.

A gestão de risco surgiu há pouco na administração pública, e isso já é feito lá fora há muito tempo. Nós não temos mais legislação específica, nós temos portarias para tratar disso. Em breve, talvez, sairá um decreto sobre a governança e sobre a governança do Orçamento também. Precisamos de leis, precisamos de coisas mais perenes que permitam a toda a Nação tratar destes assuntos: induzir a administração pública federal à definição de utilização de indicadores e metas. Eu cito aqui um instrumento, também americano, o Government Performance and Results Act — GPRA e o GPRA Modernization Act — GPRAMA, que identifica claramente responsáveis, objetivos e indicadores de metas.

Se nós não damos transparência do que vai ser feito, como poderemos cobrar, como a sociedade poderá cobrar? Se não há um objetivo claro do que será feito, isso gera e permite a fraude e a corrupção.

E, algo muito interessante está relacionado às alocações orçamentárias e ao desempenho dos programas. Quem está conseguindo fazer bem deve ser priorizado; quem não está tem que descobrir o porquê e melhorar o seu processo. O recebimento desse recurso pode ser condicionado à melhoria desse processo, ao alcance dos resultados.



Pretendemos para o futuro — numa visão de futuro, mas num futuro, espero, não longínquo, e uma ação é para bem breve — tomar a iniciativa de entregar este relatório aqui ao Congresso Nacional todo ano, e que, cada vez mais, ele tenha qualidade para subsidiar os senhores na elaboração da peça orçamentária.

Monitoramento sistêmico dos acórdãos citados no relatório: isso pode ser uma ação de controle integrada. O controle externo é uma atividade precípua do Congresso Nacional, pode e deve ser feita em conjunto com o Tribunal de Contas da União.

É preciso firmar parcerias com o Congresso Nacional e os órgãos do Poder Executivo também, centro do Governo e órgãos setoriais, para que possamos claramente mudar a nossa situação.

Esperamos, então, entregar um produto capaz de apoiar o Congresso Nacional nas suas decisões de alocação de recursos orçamentários e no acompanhamento, principalmente, dos resultados, do alcance das metas, para que possamos, hoje, e não mais para os nossos filhos ou os nossos netos, ou também para eles, mas principalmente agora já transformar nossa realidade em todas as áreas públicas. Que esses recursos, que são muito altos, muito caros — nossa carga tributária é extremamente alta, nosso resultado é muito baixo —, possam realmente transformar nossa realidade.

Muito obrigado. Conto com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Eu, preliminarmente, já agradeço a exposição feita por V.Sa., que, de maneira objetiva, sucinta e eficaz deu-nos informações importantes e pertinentes quanto ao Brasil que nós vivemos hoje e, sobretudo, à questão da gestão, que oportunamente voltaremos a discutir. Talvez eu possa formular algum questionamento para ampliar um pouco o debate.

Eu também gostaria de ouvir o Dr. Marcelo Barros Gomes, que é o Coordenador-Geral de Controle Externo e de Resultados de Políticas e Programas Públicos do Tribunal de Contas da União.

Assim sendo, concedo-lhe a palavra.

O SR. MARCELO BARROS GOMES - Obrigado.



A exposição de nosso Secretário-Geral foi bastante abrangente e suficiente para que possamos dar prosseguimento aos principais entendimentos dos Ministros reunidos ontem no Tribunal de Contas da União, que formulam pela primeira vez um instrumento de utilidade para o processo orçamentário do Congresso Nacional. Então, nós inauguramos hoje uma nova fase da governança, Senador, entre o próprio Tribunal e o Congresso Nacional. Este é um momento — os Ministros reconheceram isso ontem — muito significativo nesta nova fase.

Conforme diz esse documento — e fomos orientados pelo Congresso a apresentar esse estudo —, se, por um lado, o Tribunal realiza um parecer prévio das contas governamentais de um período que passou, olhando para trás, para que o Congresso as julgue, por outro, neste momento, o Congresso pede ao TCU que mostre como vamos olhar para frente.

Nesse sentido, o que esse documento traz, nessa primeira versão encaminhada ao Congresso, são questões estruturantes, como bem foi ressaltado, que, se não forem tratadas de forma pertinente, haverá uma perenização dos problemas em cada política, em cada programa, em cada ação governamental. Em outras palavras, o que está se desenhando é que, do ponto de vista da apreciação política do Orçamento, hoje temos uma peça bastante técnica para darmos solução sistêmica, abrangente e generalizada principalmente nas ações do centro de Governo.

Se por um lado alguns Estados subnacionais avançaram realmente na elaboração de um plano de longo prazo melhor, uma estruturação de centros de Governo com mais capacidade para acompanhar políticas e programas, esses entes subnacionais também não podem prosperar se no âmbito federal essas políticas não estiverem bem desenhadas. Então, nós temos que construir de fato, com a liderança do Congresso Nacional, um plano de longo prazo para o País.

Além disso, este plano deve trazer as prioridades governamentais que deverão ser explicitados pelo cento de Governo para que nós alcancemos sinergia entre os diversos programas e políticas, para que os resultados ocorram.

Um achado muito relevante da equipe de auditoria foi que 70% das ações do Plano Plurianual — PPA estão segmentadas em Ministérios específicos, ou seja, não há um plano que oriente a ação articulada dos Ministérios. Se 70% das ações



estão confinadas a um Ministério, esse Ministério está praticamente condenado a sozinho ter que levar aquela política. E mais: os planos não dizem quais são as metas a serem alcançadas anualmente. Então, não é possível o Congresso fazer esse acompanhamento do Executivo. Isso é ruim para todos, para o próprio centro de Governo, que não consegue avaliar como a descentralização, ou a desconcentração dos recursos, ao saírem do centro do Governo, dos sistemas de planejamento, e a aprovação orçamentária vão ser acompanhados mais especificamente pelo centro e na condução dos Ministérios. Então, é como se cada ente tivesse dinheiro para ser aplicado e ele não tivesse que demonstrar como e quais resultados alcançar e a que custo.

Não é por menor motivo que, apesar da alta carga tributária, que agora não vai mais ser crescente... Nos últimos 15 anos, como mostra o relatório, houve um acréscimo significativo da nossa carga tributária. Somos a maior carga da América Latina, com exceção de Cuba. Não temos uma carga tributária muito maior do que países da OCDE, mas ela é comporta por países com alto desenvolvimento. E isso não veio acompanhado por uma melhoria, nem nas políticas setoriais, correspondentes a esse recolhimento do dinheiro da sociedade — do cidadão e das empresas —, nem com relação à melhoria do ambiente de negócios.

Então, é esta a proposta do Tribunal: que uma nova governança se estabeleça entre o Tribunal de Contas da União, em apoio à liderança do Congresso Nacional para essa reformulação político-institucional nos sistemas de planos, orçamentos e capacidades institucionais para condução dos gastos públicos. Ao serem implementados pelo Executivo, o Tribunal propõe, juntamente com várias áreas aqui do Congresso com que firmamos essa parceria, a melhoria do alcance dos resultados das políticas públicas pelo Executivo.

As propostas de encaminhamento, de ontem, pelos Ministros do Tribunal nos colocam à disposição para realizarmos essas transformações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Ouvidos os nossos expositores, eu quero aproveitar esta oportunidade para também fazer alguns registros e algumas considerações acerca especificamente da nossa audiência, mas também tentar fazer uma análise conjuntural de como nós



estamos hoje e da responsabilidade que tem esta Comissão, sobretudo numa época em que o País enfrenta seguramente a maior crise de toda a sua história republicana. Isso é muito preocupante, é muito grave.

Eu percebo, muitas vezes, a angústia dos nossos Parlamentares que compõem esta Comissão no sentido de elaborarmos uma peça orçamentária que possa sobretudo atender aos interesses dos brasileiros e das brasileiras.

As dificuldades se ampliaram na medida em que há algumas variáveis que foram acrescentadas e que precisam ser observadas, como, por exemplo, aquela tradicional PEC dos gastos. Sinceramente, eu votei, na primeira vez, a favor, e, na segunda vez, contra.

Em minha opinião, aquela PEC representa um exemplo esdrúxulo de um país sem rumo, sem autoridade e sem autonomia para desenvolver as suas atividades, ao ponto de nós termos que fazer uma emenda à Constituição para estabelecer que os governos não podem gastar mais do que arrecadam, para dar uma satisfação aos entes econômicos nacionais e internacionais de que daqui para frente a irresponsabilidade fiscal vai ser diferente.

Mas, na verdade — Deputado Domingos Sávio, seja bem-vindo —, os governos não podem gastar mais do que arrecadam. Eu não posso, o senhor não pode, ninguém pode fazer isso. Isso é intrínseco à existência humana. Mas nós chegamos ao fundo do poço e tivemos que criar mecanismos de certa forma até inconsequentes, para dar essa demonstração ao mercado e para dizer que um ministro, um governador e um prefeito não podem gastar mais do que arrecadam.

Sinceramente, Secretário, eu tenho dificuldade para entender essa lógica, porque, se o senhor é meu Ministro, se o senhor é meu Secretário, o senhor tem um orçamento e tem que cumprir o orçamento. Invariavelmente vemos no Brasil que ninguém cumpre nada. Fica este Brasil burocrático, onde as coisas não avançam como deveriam avançar.

Porém, em primeiro lugar, essa nova governança merece de nossa parte, o nosso aplauso. Em segundo lugar, há a esperança de que nós possamos efetivamente transformar as governanças em governanças de resultados, que é em síntese o que interessa.



Não há nenhuma dúvida de que o modelo de gestão existente hoje no Brasil não atende mais aos interesses da sociedade brasileira. Ele virou burocrático, não atinge os objetivos, é caro, é ineficiente ao ponto de a sociedade brasileira demonstrar um misto de indignação e revolta com os serviços que são oferecidos à população.

A impressão que eu tenho, talvez a certeza, é de que a carga tributária é alta e os serviços oferecidos são de péssima qualidade. Então, nós estamos vivendo um momento em que o sistema atual faliu, mofou. Não há mais como nós continuarmos dessa forma.

O problema maior é que nós não estamos conseguindo encontrar rapidamente um novo modelo que possa tirar este País desta crise que nós estamos vivendo, com mais de 14 milhões de desempregados, milhões de subempregados e milhões de brasileiros que ganham salário mínimo, o que reflete um País desigual, um País das diferenças sociais.

Isso é inadmissível e inaceitável, na medida em que o Brasil tem uma diversidade muito forte. Nós não temos aqui grandes problemas ambientais, catástrofes e outras coisas mais. Nós temos uma equipe ou cérebros privilegiados que podem efetivamente mudar essa triste realidade que nós estamos vivendo, mas nós precisamos de um plano estratégico de salvação nacional de médio e de longo prazo para que a sociedade possa saber efetivamente o que vai acontecer em curto prazo, em médio prazo e também aos filhos e netos, como o senhor acabou de estabelecer.

Eu tenho muita preocupação com essa questão de resultado. Eu fui gestor municipal. Eu sou da iniciativa privada. Então, eu tenho a experiência do setor privado e do setor público. Na verdade, durante toda a minha vida, eu procurei implantar no setor público uma gestão de resultados.

Eu não vou aqui relatar o que significa isso, mas significa que todos nós vivemos de resultados. O setor privado vive de resultado. O setor público vive de resultado. No setor privado, o resultado é o lucro das empresas. Evidentemente, com lucro e com desenvolvimento empresarial, vêm os recursos, impostos, etc.

O resultado do setor público é a redução das diferenças sociais, das desigualdades, das políticas públicas de inclusão que possam efetivamente mudar



essa triste realidade que nós estamos vivendo no Brasil. O quadro é ainda extremamente desolador, e milhões e milhões de pessoas vivem com muita dificuldade.

Percebemos que essa transição é necessária e oportuna. Eu acredito no Brasil. Eu acho que o Brasil já enfrentou outras crises e as superou e vai superar esta também. Nós precisávamos passar por essa faxina. Outros países mais antigos passaram por isso também. Por isso, certamente, hoje apresentam resultados mais amplos e mais significativos, com redução das diferenças e das desigualdades. Chegou a vez de o Brasil passar por essa transição.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas, em minha opinião, tem uma função preponderante no futuro da gestão pública. Sobretudo, eu queria fazer aqui uma solicitação e um pedido para que nós olhássemos os gestores públicos com o princípio da confiança e não da desconfiança.

Hoje, no Brasil, o gestor público, seja ele um Prefeito de uma pequena cidade, é sistematicamente observado pelo princípio da desconfiança. Isso é muito ruim para o Brasil, para os entes federados, para os Municípios brasileiros, porque, em primeiro lugar, baixa muito a autoestima do gestor, dificulta muito a renovação política e não traz resultados objetivos.

Sistematicamente, os órgãos de controle são muito radicais e taxativos: *“Não pode. Não deve. Não tem jeito”*. A minha opinião com relação a isso é que os órgãos de controle têm que ser mais cooperativos, inclusive muito mais complacentes na forma de executar quando não existem indícios de improbidade administrativa ou de desvio de recursos, porque a burocracia é tão grande, as etapas são tão imensas para se chegar à conclusão de um pequeno projeto e as punições são tão severas, que muitos gestores públicos preferem não fazer a correr o risco de fazer. E aí a gestão pública fica cada vez mais ineficiente. E nós temos por meta ou por objetivo fiscalizar ou avançar em cima daqueles que estão dando certo, que estão fazendo, que estão executando.

Há experiência nesse sentido e há um sentimento que eu queria transmitir aqui. Não tenho o conhecimento do Tribunal de Contas da União, com o qual eu tive muito pouco envolvimento, mas no tribunal estadual percebo, sim, esse desejo do controle e do relatório. Muitas vezes se observa o relatório de algumas auditorias



que chega a ser absurdo tratando de certas minúcias. A gestão privada já é difícil no Brasil hoje, em função do emaranhado da legislação, da burocracia, da fiscalização, da insegurança jurídica, etc. e tal, imaginem o setor público. Por isso que nós estamos vivendo o que estamos vivendo hoje na administração pública. Por isso que nós estamos vivendo essa falta de renovação política. Por isso que nós estamos percebendo essa criminalização da política, o que é muito ruim, porque, se nós vamos resolver o problema da política numa democracia, se nós vamos resolver o problema do Brasil dentro de uma democracia, não há outro caminho, a não ser através da política. Então, seria interessante que pudéssemos inverter essa lógica, e, evidentemente, quando os Tribunais, os órgãos de controle e o Ministério Público identificassem então qualquer indício de desvio de recurso de improbidade administrativa, de desvio de comportamento etc. e tal, que agissem de maneira objetiva, buscando a sua punição.

Hoje, Deputado Domingos Sávio, o que é improbidade administrativa? O promotor público acha que determinada obra ou determinado serviço não deveria ser daquela forma, um juiz aceita que se investigue e está configurada a improbidade administrativa, a ação civil pública. Da ação civil pública resta uma ação penal. E o que é pior, o cidadão brasileiro, os Prefeitos e os gestores públicos estão todos com inúmeros inquéritos e com inúmeras ações de improbidade administrativa. Isso leva anos, 10 anos, não sei quantos anos, aliás, as ações de improbidade administrativa são imprescritíveis. Então, ou a ação é arquivada, ou a pessoa é condenada. Certamente muitos vão morrer e não terão julgadas as suas ações administrativas. Virou uma fábrica de ações que efetivamente desestimulam muito a administração pública de uma maneira geral.

Eu percebo que nós ampliamos o nosso quórum. Eu queria dizer que está aberta a lista de inscrição. A Deputada Carmen Zanotto, que é de Santa Catarina, está inscrita, e o Deputado Domingos Sávio também está inscrito.

Eu só queria concluir. Eu estou usando a palavra com esperança e expectativa na companhia dos prezados e distintos amigos. Eu queria ainda terminar a minha manifestação dizendo o seguinte: se nós pegarmos a execução orçamentária de 2016, do Governo Federal, em relação à qual não é preciso ter nenhuma inteligência mediana para perceber onde efetivamente nós precisamos



mexer. A primeira delas são os juros exorbitantes que nós estamos pagando e que consomem a riqueza nacional. Não quero entrar nesse mérito, porque os Estados Unidos têm uma dívida pública enorme. Mas o problema não é o tamanho da dívida, o problema é o tamanho dos juros e do custo dessa dívida. E o problema da dívida no Brasil é que você se endivida e continua aumentando o rombo do Brasil. Os Estados Unidos, quando o Presidente Obama assumiu, eu lembro bem, aumentaram a dívida com relação ao PIB, mas investiram em infraestrutura para dinamizar a economia, investiram em empresas norte-americanas que estavam falidas, compraram as ações dessas empresas, revitalizaram as empresas e depois venderam as ações, como é o caso da GM. No Brasil, na verdade, nós emprestamos dinheiro para comprar frigorífico, para fechar, para virar sócio do Governo e para depois ir preso. Então, realmente é desolador o quadro. Infelizmente, a situação é essa que nós temos para o momento, além da Previdência.

Então, se nós analisarmos que, no ano passado, nós pagamos 500 bilhões de juros da dívida e investimos em educação e saúde 120 bilhões. Assim, não haverá dinheiro mesmo para educar as nossas crianças que representam a esperança viva de um futuro melhor. Essa é a realidade. A encontrar esse modelo talvez o próprio Tribunal possa nos ajudar, ajudar o Brasil, ajudar o Presidente da República, ajudar o futuro Presidente, para que nós tenhamos um projeto dentro dessa nova governança que se apresenta, que eu acho que é muito salutar, muito oportuna e muito necessária. Por isso, quero parabenizar o Tribunal de Contas por essa iniciativa.

Dito isso, eu concedo a palavra à primeira oradora inscrita, que é nada mais nada menos do que a minha querida colega de Santa Catarina, a Deputada Carmen Zanotto, da Serra Catarinense, da cidade de Lages.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, nobre Presidente, Senador Dário Berger.

Saúdo nossos convidados e justifico o meu atraso, que se deu em virtude da correria que existe na Casa — temos que participar de outras Comissões.

Eu queria reforçar uma afirmativa com relação à importância do controle externo na gestão pública, mas também queria destacar um pouquinho o que o Senador Dário Berger nos traz.



É comum ouvirmos dos gestores e dos ex-gestores que não dá mais para assumir a responsabilidade de uma gestão pública frente a alguns exageros. Então, acho que o equilíbrio é fundamental. A leitura de que o gestor, por ser um administrador público, vai desviar ou vai fazer malversação dos recursos públicos não pode ser generalizada, como estamos vendo País afora.

Eu dizia, quando era Secretária, que preferia responder por um documento a responder por uma vida que eu poderia ter salvado e não o fiz em virtude da falta de um procedimento. Mas eu lhe confesso, Dr. Cláudio, que não tenho mais a coragem de dizer isso. E, se eu voltar a ser gestora, talvez nunca repita isso. Percebemos que não dá para ser assim. As regras são rígidas, e até explicar que aquele procedimento foi por causa de uma urgência é um pouco complexo.

Nós temos a Lei de Licitações. E esta Casa tem responsabilidades, nobre Senador, com relação à Lei nº 8.666, de 1993 — precisamos modernizá-la. Não há lógica em se ter, como limite de compra direta, aproximadamente 10 mil reais, valor que não tem reajuste por anos a fio. O que se compra hoje, numa gestão pública, numa emergência, com 10 mil reais? Nada! A responsabilidade é nossa.

O que nós precisamos e o que estamos esperando para alterar a Lei de Licitações? Se o gestor compra por um pouco mais ou se comprou dois itens naquele ano, ele responde por ter comprado indevidamente. Ele responde por não ter cumprido o processo e os ritos licitatórios da compra sem licitação. Há um limite financeiro para esses gastos.

Como sou da área da saúde, estou absolutamente preocupada com esse assunto. Ontem, inclusive, participei, em São Paulo, do 4º Congresso Brasileiro Todos Juntos contra o Câncer, como Presidente da Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer. O tema desse Congresso foi *Judicialização na Saúde*. Eu sei que os Tribunais de Contas dos Estados estão debruçados em cima disso, e o Tribunal de Contas da União também tem essa preocupação.

Ontem houve perguntas de participantes do Congresso sobre esse assunto. Eles perguntaram de quem era a responsabilidade, de quem era a culpa. A culpa é do prescritor, do médico que prescreveu aquele medicamento ou aquele procedimento? A culpa é do paciente e de seus familiares? A culpa é do gestor? A



culpa é de quem? Para mim, não existe culpado. A culpa não é do gestor municipal, nem do estadual, nem da União, nem do médico prescritor, nem da indústria farmacêutica.

Temos uma Constituição que garante a saúde como direito de todos e dever do Estado, mediante políticas públicas, mas temos o limite orçamentário. Quando há um volume de ações judiciais, há o desequilíbrio do orçamento do conjunto de Municípios, dos Estados e da União. Por outro lado, temos, por parte dos gestores e da União, a falta da revisão dos protocolos clínicos que determinam a inclusão de novas substâncias, de novos medicamentos e de novas modalidades terapêuticas. E, quando não se padroniza, compra-se mais caro. Quando se compra por ação judicial, compra-se para um ou dois pacientes. Consequentemente, as compras isoladas são mais caras do que as compras coletivas e programadas.

Essa é a realidade que estamos vivendo hoje em todas as áreas, especialmente na oncologia. Lamentavelmente, há ações judiciais de procedimentos que já estão definidos, mas que os gestores não conseguem cumprir, em virtude das limitações. Os gestores da saúde são um pouco, para não dizer muito, reféns dos gestores da Pasta de finanças, porque são os Secretários de Fazenda que determinam a liberação de recursos para a área da saúde.

Eu estou apresentando uma proposta para que haja a liberação mensal de 1/12 do valor total a ser repassado anualmente, porque é comum os recursos serem liberados no final do ano. O gestor da saúde fica patinando durante o ano todo e, no final do ano, tem que dar conta de liberar os pagamentos. Aí ele não consegue cumprir a ordem cronológica, não consegue fazer o seu planejamento, porque a Fazenda limita. Então, estão definidos os limites, mas não está definida a forma de repasses. Estamos trabalhando com a obrigatoriedade de serem mensais os repasses para o conjunto dos Municípios e dos Estados.

Na União isso é um pouco mais regular, mas nos Estados não. Literalmente, para os Secretários de Saúde de muitos Estados brasileiros, inclusive do meu, de Santa Catarina, nobre Senador Dário Berger — V.Exa. também acompanhou, como Prefeito tanto de São José quanto de Florianópolis, no período de gestão em que eu estava como adjunta e, depois, como Secretária — a coisa está um pouco mais complicada. A Fazenda tem judiado um pouco mais da saúde hoje. Então, fica difícil



fazer programação. E isso desorganiza o orçamento, tanto que temos um limite constitucional. Temos as obrigações dos programas, que vão desde a atenção básica até a alta complexidade, e temos um conjunto de ações judiciais que não dá para não atender. Eu não posso dizer que o magistrado está equivocado, não posso dizer que o advogado não poderia ter entrado com aquela ação ou que o paciente não tem direito; muito pelo contrário, nós estamos lidando com vidas.

Eu digo, em qualquer lugar, que, se ocorresse conosco, se precisássemos de um procedimento que soubéssemos que iria melhorar nossa qualidade de vida ou que nos daria a expectativa de manutenção da nossa vida, nós iríamos onde fosse possível e, para isso, iríamos recorrer. Aquele que é muito rico recorre aos recursos próprios; aquele que não é — e eu não sou, quero declarar que sou enfermeira — busca os meios jurídicos que garantam aquilo que a Constituição assegura a ele e que ele não está tendo. Eu sei que o Tribunal de Contas tem um trabalho intenso em relação a isso.

Eu digo minha lei porque fui a primeira a apresentar. Eu e a Deputada Flávia somos as autoras da lei de 60 dias. Essa lei é fruto de um relatório do Tribunal de Contas da União, que apontou que, nos Estados brasileiros, demorava até 24 meses para que um paciente tivesse acesso a um procedimento para o tratamento de câncer. Nós propusemos, inicialmente, o prazo de 30 dias, mas, depois, negociamos o prazo de 60 dias com o Ministério da Saúde. Esta lei está em vigor desde 2012, mas ainda temos uma grande lacuna.

Vamos punir os gestores, nobre Senador Dário, colegas Deputados, porque eles não conseguiram instalar o seu equipamento de radioterapia e com isso atender os rincões deste País e os Estados importantes que não têm ainda esse equipamento? Os processos são necessários, mas seus entraves judiam demais do gestor municipal, do gestor estadual, do Ministério da Saúde. E a minha pergunta seria: como garantir a boa aplicação do recurso público sem toda a burocracia que vivemos hoje?

Há momento em que eu penso que gerar dificuldades serve para vender facilidades. O excesso de burocracia pode estar nos levando ao desestímulo dos gestores, que são excelentes, mas não querem mais responder. Isso vale para todos os setores, não só para área da saúde. E leva também, muitas vezes, à compra por



preços mais caros, porque é feita a primeira, a segunda, a terceira licitação, são apresentados recursos, recursos e recursos, e, como a obra, o serviço precisa ser feito, acaba-se pagando mais caro, pois é preciso apelar para outros mecanismos.

Queria que os senhores pudessem falar um pouquinho para nós sobre esse tema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou propor aos nobres Parlamentares que nos honram com a presença que eles sejam ouvidos primeiro. Se houver concordância, já concederei a palavra ao brilhante colega Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, prezado Senador Dário Berger. Essas palavras são generosidade de V.Exa. Esteja certo de que nós temos em comum o compromisso com o nosso País. Eu tenho sido testemunha do empenho de V.Exa. nesta Comissão. Portanto, posso registrar que podemos nos orgulhar do Senador da República Dário Berger. E as suas palavras iniciais são prova disso. V.Exa. fez uma análise austera, responsável, mas ao mesmo tempo muito sensata sobre esse papel tão importante dos Tribunais de Contas, tanto da União como dos Estados, de exercerem mecanismos de controle, de prevenção e mesmo de punição, ressaltando que devem fazê-lo também à luz de uma relação de respeito, promovendo processos educativos, de orientação.

Eu vou me permitir, talvez até em homenagem ao mineiro que é uma referência para nós não só na literatura, mas de forma humanística, citar Guimarães Rosa. Dizia ele que quem desconfia evolui, torna-se mais sábio de alguma forma. É um pouco curioso isso, mas é o jeito dele. Mineiro é desconfiado. O problema é que no Brasil, dentro da área pública, passou-se da desconfiança para a acusação e, às vezes, até para a criminalização precipitada, sem nenhuma análise, sem um julgamento. E aí é importante nós termos um debate franco não só com os Tribunais, com os técnicos, mas principalmente com o Ministério Público, uma instituição tão importante, que eu sempre defendo.

Lembro-me de que, quando eu era Deputado Estadual, o Procurador-Geral do Estado falava comigo de uma forma simpática e amiga. Eu era o Líder do MP na Assembleia e, sempre que havia um debate mais acirrado, nunca deixava de trazer



a minha palavra: *“Olha, o Ministério Público é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, o guardião da nossa Constituição”*. Mas muitos se arvoraram em estar acima da lei, até por conta daquela história de que o hábito do cachimbo deixa a boca torta, por ter nas suas atribuições a missão de extrema relevância de ser o órgão acusador, passando a entender que já se deve iniciar acusando e, mais do que isso, criminalizando, o que é uma coisa insana, insensata. Assistimos a cada absurdo do Ministério Público, que acusa e criminaliza de maneira generalizada.

Mas eu quero me ater aos Tribunais de Contas, numa reflexão sobre a importância de que haja, sim, a desconfiança. Não é a desconfiança que criminaliza, não; é a que analisa, a que procura saber; é a que, ao estabelecer a dúvida, busca o conhecimento. É nesse sentido que Guimarães Rosa dizia, buscando a simplicidade do sertanejo como referência de vivência, de experiência de vida: *“Eu desconfio porque quero saber. Eu desconfio porque quero entender. Eu desconfio porque quero me posicionar do lado certo, para que tome a decisão certa”*.

E aí vamos aos dados que nos foram trazidos, que são gravíssimos. Mais que desconfiar, constatamos que vivemos uma situação de calamidade na gestão pública no Brasil, com consequências desastrosas na vida de cada cidadão, que, por não ter a possibilidade de fazer uma análise mais profunda, simplesmente diz assim: *“Eu estou revoltado com a política e com os governantes, e os gastos públicos são uma indecência”*. E ele tem razão! O Tribunal de Contas está demonstrando isso.

Há dados aqui assustadores: 67% dos Ministérios avaliados não possuem capacidade para acompanhar o desempenho de resultado dos seus programas — 67%, constatação do Ministério Público. Isto é algo assustador: 67% não acompanham, não têm capacidade, *expertise* ou vontade, nem implantam mecanismos de controle, de prevenção, para avaliar o grau de eficiência do dinheiro que é usado.

Há dados que demonstram que o povo está sentindo lá na ponta a falta de segurança pública. Logo que eu entrei aqui, Senador, eu apresentei uma PEC para que nós discutíssemos a regulamentação de um artigo da Constituição que trata do Sistema Nacional de Segurança Pública.

O Brasil não tem um Sistema Nacional de Segurança Pública organizado. Ele está previsto na Constituição, mas não existe no País. Estão lá as Polícias Civil e



Militar de Minas Gerais com uma ação; a de Goiás, na divisa, com outra; a de São Paulo, com outra; a do Paraná, com outra. Elas não dialogam, não planejam de forma sistemática e não têm eficiência para combater o tráfico de drogas e todo o caos que se instalou no Brasil. Resultado: quase 60 mil homicídios são cometidos por ano, dado do Tribunal de Contas. Esta é uma referência para nós pensarmos e agirmos rápido: são 59.627 vidas, só no ano passado. Acho que não há nenhuma guerra no planeta matando tanta gente como está se matando no Brasil. E é ano após ano! Um negócio assustador!

Há uma proposta de emenda à Constituição que não é minha, eu fui o autor da iniciativa. Colhi, Senador, quase 300 assinaturas em 2 ou 3 dias. E não foi pão-durismo, não. Eu sempre contrato, por meio de uma frente parlamentar, essas pessoas que nos assessoram e ficam colhendo assinatura. Mas, para uma matéria dessa natureza, fiz questão de colher pessoalmente.

Uns Deputados assinaram ávidos! Quase 300! Pensei em não colher de todo mundo, porque eu queria ter a autoria da PEC e cobrar o andamento dela. E até hoje não se montou nem a Comissão Especial. Essa PEC discute não só a criação do Sistema Nacional de Segurança Pública, mas um teto de pelo menos 5% dos recursos públicos. Aplica-se 0,8% das receitas. E não é o Governo atual. Aí eu vou fazer uma menção para que possamos fazer um pacto republicano e enfrentar o problema. É um tal de apontar o dedo: *"Ah, a culpa é do Governo que está aí, golpista!"* A conversa é essa.

Nós estamos falando aqui de ineficiência na gestão pública. O Tribunal de Contas prestou um grande serviço ao Brasil, quando demonstrou aquilo que ficou até parecendo ser algo muito leve, a pedalada, mas nós estávamos falando de bilhões e bilhões de reais, objeto de uma verdadeira fraude contábil, com o uso do dinheiro público sem a devida autorização legislativa, decretos sem o devido respaldo legislativo e constitucional, saques no BNDES, na Caixa Econômica, no Banco do Brasil, afrontando a Constituição.

Eu estou falando de bilhões. Discuti isso nesta Comissão, era membro dela, com o Ministro Joaquim Levy, do Governo anterior. Ele admitiu e nos deu um documento que dizia que, só de rombo na Caixa Econômica, BNDES e Banco do Brasil, eram 57 bilhões utilizados sem autorização legislativa. Mais do que isso: ao



arrepio da Constituição, porque não se pode tomar dinheiro público em bancos públicos. A União não pode fazer isso. Ela quebra todos os bancos públicos, obviamente. É um absoluto descontrole orçamentário.

O déficit estrondoso não começou agora, não, pelo contrário: agora é que se está começando a estabelecer uma política de equilíbrio, que estamos longe de alcançar. Os juros a que o Senador Dário acabou de se referir consomem quase meio trilhão das receitas, do imposto que o povo brasileiro paga, valor que teria que ir para a saúde e para a educação. É quase meio trilhão!

E o curioso é que os apoiadores do Governo anterior ainda diziam: *“Tem que se fazer uma auditoria da dívida. Tem que isso, tem que aquilo”*. E foram 13 anos, com o juro aumentando! Chegou ao final próximo de 14%, mais do que o dobro da inflação daquele período. Agora nós vemos uma tendência de redução, mas ainda longe do ideal.

É claro que é diferente a dívida pública do Brasil da dívida pública americana ou da japonesa, que chega a ter juro negativo, abaixo da inflação. O sujeito paga para o Governo guardar o dinheiro dele, tamanha a confiança: *“Você vai guardar para mim 1.000 dólares e pode me devolver, daqui a 10 anos, 990 dólares, que estou satisfeito”*. Aqui no Brasil não é assim.

No Brasil, curiosamente, paga-se uma fortuna para depois emprestar para os ladrões da Pátria a juros subsidiados. Aprovamos a TJLP agora, há poucos dias, e foi uma grita geral daqueles que protagonizaram essa desordem orçamentária, esse caos orçamentário, essa corrupção institucionalizada.

Eu não vou ficar apontando o dedo para o passado, não, porque o problema continua. Mas tivemos problemas no passado! Não me venham com essa história de querer voltar para o passado, porque lá é que estava bom. Não é possível! Dizer que o brasileiro tem memória curta eu já acho um desrespeito, mas dizer que o brasileiro não se lembra do estelionato eleitoral que sofreu, quando disseram que a gasolina iria abaixar, que a energia elétrica iria abaixar, que o pleno emprego iria imperar, que o desenvolvimento iria chegar e que nós éramos uma potência?! Passou a eleição, e nós assistimos a um quase filme de terror: o desemprego disparou, a inflação cresceu, descobriu-se o petrolão e a roubalheira dos fundos de pensão, que foram destruídos, e um rombo no BNDES. Então, foi um caos lá atrás.



E se resolveu? Ainda não! Temos um desafio enorme pela frente. Eu fico muito à vontade porque apoiei medidas no Governo do PT. Discuti aqui com o Ministro Joaquim Levy. Aliás, a Senadora Rose de Freitas disse publicamente, está gravado: *“Deputado Domingos Sávio, V.Exa. está aqui como Líder da Oposição, e está nos ajudando mais do que a base do Governo”*.

Naquela época, eu era da Oposição. Lembro-me do Projeto de Lei nº 34, de 2014, que era para regularizar o déficit fiscal. Isso aconteceu na última semana do ano legislativo, em dezembro, lá pelo dia 20. Eu estava operado do joelho, usando muleta, no plenário do Congresso, debatendo com o Senador Renan, na época Presidente do Congresso, sobre a gravidade em que o Brasil estava mergulhando, déficit público atrás de déficit público. E mesmo assim estava sendo apresentada uma mudança de meta fiscal na última semana do ano, praticamente. A meta fiscal era uma — naquela época, era algo em torno de 30 bilhões de reais —, e demonstrava-se que ela seria mudada para 30 bilhões de reais negativos, a mais, no déficit daquele ano.

Senador, eu vou concluir, mas queria deixar esta análise crítica e dizer que o problema é gravíssimo. Ele vem do passado, continua existindo e requer mais planejamento e mais controle por parte dos Ministérios. A minha defesa do princípio da desconfiança é nesse sentido, porque a desconfiança serve para se ter controle: *“Está errado. Estou desconfiado. Explique-me”*. Essa é a minha missão, e eu entendo que também seja esta a missão do Tribunal de Contas: pedir detalhes, informes, justificativas e principalmente planejamento.

Eu quero deixar apenas uma pergunta. Nós haveremos de ter uma audiência pública — assim espero e quero já pedir ao Presidente para planejarmos isso para outubro — com o Ministro da Previdência Social, com um dos nossos Ministros do Tribunal de Contas e elementos do Tribunal de Contas, com representantes da sociedade civil, trabalhadores, entidades de classe, para discutirmos a Previdência pública?

Outra vergonha para o Brasil, para os partidos políticos, para os representantes políticos, para os representantes sindicais é essa discussão absolutamente passional, irresponsável, em que se coloca, de um lado, a existência do problema e a necessidade de uma reforma; e, do outro lado, em vez de se



discutir a reforma, vêm pessoas, inclusive auditores fiscais, profissionais de carreira de Estado, dizerem pura e simplesmente: *“Não há déficit nenhum. Há superávit. Está sobrando dinheiro. Ele está é mal administrado”*.

Entra nessa discussão algo que eu já havia dito ao Governo, inclusive a elementos do Tribunal de Contas: falta o mínimo de boa vontade e de eficiência para explicar ao povo brasileiro, com clareza, o que é a realidade da Previdência. A Previdência não é patrimônio de Governo nenhum, nem de partido nenhum. A Previdência é um patrimônio dos trabalhadores e, especialmente, dos aposentados. Nós temos o dever de informar, e eles têm o direito de saber qual é a realidade. E quem deveria ser o maior interessado nisso é o aposentado! Mas a desinformação e a má-fé política são enormes. Espalha-se por aí: *“Este Governo quer acabar com a Previdência. Este Governo quer roubar dos aposentados”*. Como mudou o Governo, é um tal de dizer que são golpistas, sem analisar o assunto.

Eu encontro o aposentado, que me diz assim: *“Você não vai votar com a reforma da Previdência, não é?”* E eu falo: *“Mas qual é a sua preocupação? Você já está aposentado, não se vai tirar nada de você. Nunca se discutiu isso”*.

A reforma, obviamente, se der mais liquidez, dará segurança, garantia ao aposentado de que ele vai receber a Previdência em dia, coisa que já não acontece no Rio de Janeiro. Inventaram lá um desconto de 30% em cima do salário do aposentado, sob o pretexto de que tem que se contribuir mais, porque, senão, não há fluxo de caixa. *“Mas me disseram que, se aprovarem a Previdência, a situação vai piorar para nós todos.”* A pessoa ganha 1 salário mínimo e está apavorada.

Irresponsáveis, antipatriotas que não amam este País, só amam o poder e a possibilidade de voltar ao poder, saem destruindo a possibilidade de um debate sério. E o Governo, ineficiente, omissos, irresponsáveis com uma matéria dessa grandeza, nunca veio a público trazer de maneira clara e, obviamente, com uma boa estratégia de comunicação qual é a realidade.

É necessário tratar, primeiro, de duas questões elementares. A reforma da Previdência tem que possuir mecanismos muito claros para acabar com os privilégios, para acabar com qualquer aposentadoria milionária, seja de Deputado, seja de promotor público, seja de juiz, seja de funcionário público do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. E são eles os que mais gritam, fazem pose de



coitadinhos. Ganham 30 mil reais, pretendem se aposentar com 30 mil reais e conseguem mobilizar uma categoria inteira. A questão da Previdência, de fato, pelas informações que tenho, se não for enfrentada, sem dúvida poderá colocar os aposentados, num futuro próximo, em situação lastimável, e o País como um todo.

Queria saber como o Tribunal de Contas está enfrentando a questão. Inclusive, eu não vi aqui uma exposição muito clara com relação a isso. Eu preciso de clareza. Pedi uma auditoria ao Presidente do Tribunal de Contas, por escrito. Há um rumor de que ela foi feita, mas nunca foi publicada, nunca chegou aqui. Precisamos de uma auditoria minuciosa, que deixe claro de quem são os salários milionários, para acabar com eles; quem deve e quais as ações que estão sendo feitas para cobrar; por que o Judiciário está sendo tão moroso. Eu fui informado que a Previdência cobra permanentemente. Cobra, mas não recebe, principalmente dos grandes.

Então, senhores, eu gostaria que vocês nos ajudassem a ter um planejamento mais claro com relação à Previdência e com relação à melhoria dos investimentos em segurança pública. Aqui se falou na gravidade da segurança pública, mas é preciso dar mais clareza. O povo brasileiro precisa saber a míngua, o pouquinho que é investido em segurança pública, quase nada, e o Governo Federal finge que não é com ele. O Governo Federal tem que realmente investir mais.

Desculpe-me, Sr. Presidente, se estiver me excedendo, mas é preciso que isso fique bem claro às autoridades que estão presentes. Têm o desprazer, até em debates presidenciais, de dizer: *“Segurança pública é obrigação do Estado”*. Qual é o imbecil que conseguiu enxergar isso na Constituição brasileira? É o Estado enquanto estrutura de proteção da sociedade como um todo. Não é o Estado, ente federado, de maneira isolada, que é responsável por segurança pública, não. Não está dito em lugar nenhum lá na Constituição que é o Estado ente federado. O Estado ente federado tem algumas obrigações. *“A maioria dos crimes são crimes federais. A maioria dessas mortes estão ligadas a crime federal”*, chegam a dizer isso. Se for feita uma pesquisa entre os Deputados Federais, é capaz de eles dizerem: *“A segurança pública é problema do Estado”*. Por isso a União investe 0,8%, e todo mundo fica calado.



Tem que se investir mais em segurança pública, porque não é possível se assistir a 60 mil mortes de pessoas assassinadas por ano e não se fazer nada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu havia liberado o tempo das falas e, sobretudo, feito uma autoliberação, liberado o tempo para mim mesmo. (*Riso.*) Evidentemente também o farei em relação aos nobres Deputados e aos demais oradores.

O próximo orador é o Deputado Toninho Wandscheer. Depois, nós ouviremos o Deputado Hildo Rocha.

Tem a palavra o Deputado Toninho Wandscheer.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, Dr. Cláudio, Secretário-Geral de Controle Externo, Dr. Marcelo Gomes e Deputado Cacá Leão, que está ali firme, olhando sério para cá, eu não pude vir antes porque, como os Deputados têm várias atividades, eu estava em um Ministério resolvendo questões dos Municípios, que é uma das atividades parlamentares.

Eu me ateno à constatação de que oito em cada dez brasileiros acreditam que os recursos públicos são mal utilizados. Não vamos falar de roubo, de desvio, porque não nos compete isso agora. Eu fui Prefeito, tenho uma experiência na gestão pública e creio que esse é o ponto que o Brasil tem que melhorar

Eu tenho dito, tenho certeza de que é verdade, que o problema do nosso País são os políticos, e a solução para o País também são os políticos. Por que digo isso? Quem anda pelo Brasil e conhece as Prefeituras sabe a dificuldade que existe hoje de uma gestão bem colocada numa cidade do interior. O grande problema é que elegemos Prefeitos — a democracia é boa por causa disso, ela permite isso — que não têm condições de contratar uma equipe técnica para ajudar a governar. Isso traz situações muito difíceis. Há Prefeitos que, infelizmente, não sabem nem por que foram eleitos; e há outros que sabem tudo e muito mais.

O Brasil tem mais de 5 mil Prefeituras. E a aplicação dos recursos, inclusive o daqui, ocorre lá no Município. O gestor municipal é que tem que conhecer, tem que saber como fazer.

Vamos lá à Unidade de Pronto Atendimento — UPA, à desgraça da UPA. Falo assim porque, quando era Prefeito, ofereceram-me uma UPA, e eu disse: “Não



quero UPA. Não preciso de UPA aqui no meu Município". E perguntaram: "Por quê?" Respondi: *"Porque eu já tenho um prédio com pronto-atendimento, o que já é suficiente".* Quando eu saí, o Prefeito que entrou pegou a UPA. Por quê? Porque seria construída uma UPA na cidade, e politicamente isso era interessante para ele. No entanto, a UPA ficou fechada depois de construída, e se gastou um dinheiro desnecessariamente. Esses são os recursos mal utilizados.

Hoje, para utilizarem a UPA, eles usam o prédio do pronto-atendimento, que nós tínhamos para outra finalidade, para a Secretaria Municipal de Saúde. Do contrário, teriam que ter dois prédios para fazer a mesma coisa. Isso é desperdício de dinheiro público. É algo incrível!

Vamos à creche. Todo mundo sabe que a Constituição diz que todas as crianças têm que estar na creche. Mas nós sabemos que não há dinheiro para colocar todas as crianças na creche. Aí, fizemos um programa nacional, e sobrou para os Municípios. No meu Município, ainda há creches que não estão funcionando. Começaram há 7 ou 8 anos e até agora estão lá com o recurso paralisado.

Nós discutimos isso na Comissão de Orçamentos, porque, infelizmente, não sei como, em vez de se fazer a licitação lá no Município, para ser construída lá no Município, para quem precisava, licitaram em Brasília, para todo o País. E o Tribunal de Contas deve estar sabendo das dificuldades de recursos no Brasil inteiro por conta dessas creches.

O grande problema que eu vejo em nosso País é que nós viemos de uma política antiga em que o Prefeito que assumia a Prefeitura virava dono do Município. Ele fazia o que queria! E essa cultura tem que mudar. Sem dúvida, esses oito em cada dez brasileiros que acreditam que os recursos públicos são mal utilizados deveriam estar cobrando dos Prefeitos, porque é lá que isso está acontecendo. Infelizmente, hoje é que a nossa população está acordando, porque é ela a maior fiscalizadora.

Se nós olharmos o Tribunal de Contas — desculpem-me, vou falar uma coisa que é a opinião de muitos brasileiros e também a minha aqui —, não dá para dizer que todos aqueles que estão no Tribunal são sérios, assim como não se pode dizer que todos que estão nesta Casa são sérios.



Temos visto a situação do Rio de Janeiro. O povo está de olho.

Eu até sugiro ao Tribunal de Contas que incentive, não sei se é possível ou não, através da mídia, o povo a fiscalizar mais, de modo que entenda que o maior fiscal não é o Tribunal de Contas da União, mas, sim, aquele que usa o serviço público, que sabe que o serviço está mal feito. É o povo que faz com que as coisas aconteçam.

Na minha opinião, vamos dizer assim, o grande problema que nós temos no Brasil é a capacidade de cada Prefeito: uns são muito bons, são pessoas competentes, que fazem gestões realmente muito honestas e sérias; outros fazem gestões honestas e sérias, mas não com a mesma capacidade. Quando nós temos como gestor municipal alguém que não tem conhecimento... Nós temos no Brasil pescadores Prefeitos, pedreiros Prefeitos. Não tenho nada contra pescador ou pedreiro Prefeito, mas o fato é que ele chega à Prefeitura e não tem condições de contratar uma equipe técnica capaz, porque o recurso que ele tem na mão não lhe dá condição de fazer isso. Assim, ele fica com dificuldade.

Hoje, no Paraná, não sei é no Brasil todo, não dá mais para contratar terceirizado para ajudar na gestão. A equipe toda tem que ser formada por servidor público. Assim, ele não tem como fazer isso.

Na minha cidade, um advogado, um procurador está ganhando 26 mil reais por mês. Na minha empresa, eu pago 7 mil, 8 mil reais. Hoje está muito desigual o que o poder público paga e o que a iniciativa privada está pagando. Na minha opinião, essa é uma questão que precisa ser readequada. Mas não se pode abaixar o salário dele, e o salário vai aumentar cada vez mais.

Eu creio que seria importante o Governo reavaliar os valores que são pagos para determinados cargos públicos. Tem que se olhar quanto a iniciativa privada está pagando. E como mudar isso? Eu não sei. Quem sabe estipular um novo patamar para quem vai começar, porque, no meu entendimento, não se pode mudar a situação de quem já está lá. Mas nós temos que rever isso, porque, senão, vamos ter problemas sérios.

Outra coisa: estamos tentando aprovar o aumento de salário para os agentes comunitários de saúde. Não tenho nada contra essa classe, são pessoas fantásticas. Mas quem vai pagar o aumento? É o Prefeito, lá na ponta. Ele não vai



ter condição de pagar porque extrapola o índice dele no Município. Então, nós Deputados Federais, daqui a pouco, para ficar bem com uma determinada classe, vamos criar salário para o Prefeito pagar. Isso é difícil.

Nós temos um projeto em tramitação na Casa — espero que ele seja aprovado, pois já faz 2 anos que foi votada a urgência dele —, o PL 251, que dispõe que o recurso do Governo Federal que vai para o Município não entre como despesa pessoal do Município. É um projeto importante para os Municípios do Brasil, mas não conseguimos votá-lo até agora. Espero que possamos fazê-lo, porque os Municípios estão hoje quase todos com o índice de pessoal estourado. E o Tribunal de Contas não dá a certidão. Isso faz com que o Município não possa buscar dinheiro lá fora nem aqui.

É importante acharmos uma forma — eu vou encerrar — de esses oito de cada dez brasileiros que vêm que os recursos estão mal aplicados serem auxiliares dos Tribunais de Contas. Por isso é importante não desestimular os brasileiros a fazer política. Isso é fazer política. Eles levantaram essas questões. Devemos realmente fazer uma política mais atual e mais correta, de modo que os recursos, que são escassos, sejam bem aplicados.

Peço ao Secretário que, se possível, o Tribunal de Contas levante essa questão nacionalmente. O Tribunal de Contas é o olho do cidadão de cada Município deste País, e não apenas acusando os desvios de recursos, mas demonstrando a má aplicação deles. Eu acho que é muito maior o problema da má aplicação do que o do desvio. Às vezes, o problema só é constatado quando há desvio, mas há recursos investidos que trazem prejuízos muito maiores à Nação, e isso não é analisado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito obrigado, Senador Dário Berger. Cumprimento V.Exa. e o parabenizo pela audiência pública que está sendo realizada para apresentação do relatório do TCU em relação às políticas e aos programas de Governo.

Estava na Comissão Geral, no Plenário Ulysses Guimarães, que trata da reforma tributária. Como somos Presidente da Comissão Especial que trata da



reforma tributária aqui na Câmara, tínhamos que acompanhar a sessão. Estamos nos revezando lá e cá. Ainda vou voltar para o plenário, onde estão mais de 30 convidados debatendo este assunto.

Eu li o resumo do relatório, e um dos itens que me chamou a atenção e que o TCU considera como uma grande falha é a questão do planejamento. De fato, esse é um dos grandes problemas que nós temos não apenas no ente União, mas também nos demais entes.

Quando se constrói o PPA, o que eu tenho percebido nas três esferas — em âmbito municipal, fui Prefeito, Vereador e Presidente de Câmara; em âmbito estadual, fui Secretário de Estado por três vezes; e em âmbito federal, Deputado Federal —, nas subentidades nacionais, é que se deseja colocar tudo o que se quer no PPA, a construção da escola, a educação em tempo integral no ensino médio, e, na verdade, não se prioriza. Como há tudo no PPA, cada Governo que entra, como é o caso agora, diz o que pretende fazer.

Eu estou acompanhando o Programa Água para Todos, um programa importante de abastecimento de água, e me parece que ele já veio sem dotação. Como é que pode? Isso é fundamental! Sem água não existe vida.

Existem diversas comunidades, principalmente lá no Nordeste e no Norte, que precisam de um sistema de abastecimento de água. É necessário perfurar um poço de 150 metros de profundidade, buscar água naquela distância e fazer um sistema de reservação e distribuição de água. Isso custa muito? Não! É barato. Só que não vai haver mais. Mas está no PPA. Se houvesse um planejamento — aqui devemos nos penitenciar, porque é nossa culpa não acompanhar a execução do PPA. Deveríamos ter um sistema de acompanhamento do PPA, mas não temos, e acredito que o TCU também não tenha.

Esse é um dos nossos grandes problemas. Precisamos construir um PPA realmente dentro daquilo do que podemos gastar, do tamanho do Estado que nós queremos, porque isso impacta lá na arrecadação de tributos. Estamos discutindo tributos no plenário, assunto que tem muito a ver com o que estamos falando aqui, porque cada vez temos que arrecadar mais, e isso se traduz em falta de condições de o empresariado pagar os tributos. Dessa forma, todo o ano se cria um programa de refinanciamento de dívidas, que é o REFIS. Por que o REFIS só existe aqui e não



em outros países? Porque estoura a capacidade de pagamento do contribuinte. É por isso que existe o REFIS, senão não precisaria haver

Estamos discutindo uma reengenharia do nosso sistema porque ele foi remendado várias vezes. Há 50 anos ele era o melhor. Foi copiado por outros países da América. Em 1967 — já faz 50 anos — Otávio Bulhões fez esse sistema, que foi o primeiro Imposto Sobre Valor Agregado — IVA, porque havia imposto sobre querosene, sobre o sal, etc., eram vários impostos, e ele criou o ICMS e o IPI. Aí, criaram-se impostos sobre impostos no decorrer dos anos na mesma base. Bem, isso não importa.

Mas, com relação a esse assunto, acho que o Tribunal de Contas da União tem um papel fundamental nesse processo. Ele possui técnicos de grande nível. Eu conheço o TCU. Ele pode ajudar muito na execução de programas de grande importância. É lógico que tudo parte do planejamento, e aí se seguem a direção, a execução e o controle. O controle é para corrigir o que está errado. É por isso que eles estão se apresentando aqui.

Tanto está errado que ando no Maranhão e vejo — já disse isso várias vezes e vou continuar dizendo enquanto não houver uma solução —, como disse o Toninho, que existem várias obras que utilizam com recursos do Governo Federal que estão inacabadas. Todos os Municípios do Estado têm verdadeiros cemitérios de obras inacabadas. Há construção de creches iniciada há 11 anos, e as obras continuam inacabadas.

Eu levo os Prefeitos ao FNDE, que possui recursos do salário-educação oriundos do povo brasileiro, ou seja, do trabalhador, e dizem que não tem como resolver o problema porque o TCU nunca deu uma solução, ou seja, jogam a culpa no TCU. É isso o que ocorre. A população já pagou o imposto, de 40% a 90%, e o dinheiro está lá sem nenhuma utilidade, um elefante branco.

Vou dar o exemplo de uma cidade lá do Maranhão chamada Buriticupu. O Município foi contemplado com ginásios de quadras cobertas para seis escolas. O Prefeito, na época, roubou o dinheiro de todas as seis e saiu. O que aconteceu com ele? Nada. Ele levou 100% do dinheiro destinado à construção de quatro creches. Sacou o dinheiro, porque o FNDE cometeu o erro de pagar os 100%. Isso não existe! O meu questionamento é: onde estava o TCU nesse momento? Sabe o que



aconteceu com esse gestor? Nada! Isso serve de exemplo para a continuação das falcaturas, porque não existe punição! Qual foi o resultado disso? O novo Prefeito foi chamado, eu o trouxe ao FNDE, que disse: *“Você não tem direito nem a reivindicar novos benefícios para o seu Município. Primeiro você pega o dinheiro do Município e conclua o que o Prefeito levou”*.

Os Municípios todos estão com todas as contas estouradas, como o Deputado Toninho acabou de dizer aqui. A maior parte da população nem pediu essas creches nem não foi ouvida, para que se soubesse se aquele modelo de creche era o de que ela necessitava ou se o Município tinha condições de gerir aquilo ali. Está lá o cemitério. E o Município, em vez de fazer algo novo, para acessar novamente o Plano de Ações Articuladas — PAR, ele tem que concluir a obra com recursos municipais.

Aí fica aquele pingue-pongue: o Município não consegue resolver e vem para o FNDE, que joga de volta para ele. Aí fica naquele vai e volta, do mesmo jeito. Isso já tem 11 anos e tem que ter solução.

Eu queria saber — até perguntei ao senhor ali — qual solução o TCU vai dar em relação a isso. Já está na LDO, traduzindo a legislação para um português mais simples, que o recurso do FNDE tem que ser usado prioritariamente para a conclusão de obras, porque o Município não tem como resolver isso.

O FNDE arrecada 140 bilhões de reais por ano. Por que construir novas creches se não foram concluídas as que já existem? Isso não tem lógica, não tem fundamento. Esse é um questionamento que eu quero lhe fazer.

Outro questionamento. Eu tenho notícias de que o TCU está fazendo auditoria da dívida pública. Não sei se o senhor é conhecedor disso, se isso é da sua área. Mas eu queria saber a que ponto anda essa auditoria e quando será concluída.

Quero cumprimentar aqui o nosso grande Relator, o Deputado Cacá Leão, sempre presente na Comissão.

Muito obrigado Sr. Presidente, e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Com a palavra o Deputado Toninho Wandscheer.



O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, é só um minutinho.

A respeito da fala do Deputado Hildo, quero dizer que tenho acompanhado isso. Pergunto: quando o prefeito anterior não executa uma obra, o prefeito que assume pode entrar com uma ação contra ele e transferir-lhe uma conta especial, para que ele possa responder, e não a Prefeitura? Isso é correto?

O SR. CLÁUDIO CASTELLO BRANCO - A responsabilização é dessa pessoa.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Aí a Prefeitura fica liberada para continuar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou conceder a palavra ao nosso Relator-Geral. Com essa última inscrição, encerraremos o debate e ouviremos, então, o nosso expositor.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, queria cumprimentar o Cláudio Castello Branco, o Marcelo, o Leonardo, a Deputada Carmen Zanotto e todos os Srs. Deputados aqui presentes. Agradeço a todos pela participação.

Acho que o entra e sai de Deputados e a nossa ausência aqui já foram justificados por todos os colegas. Vivemos hoje, apesar de ser uma quinta-feira, um dia bastante agitado no Congresso Nacional: a Comissão de Constituição e Justiça está funcionando, o Plenário da Câmara está funcionando, o Senado também está debatendo um assunto importante para o Brasil.

Minhas palavras são no tom de agradecer e de reafirmar a parceria da Comissão Mista de Orçamento com o Tribunal de Contas da União. Desde que o Senador Dário Berger assumiu a Presidência desta Comissão e eu fui indicado como Relator, sempre colocamos para todos os membros o nosso entendimento de trabalhar em parceria com o TCU e fazer com que ele se aproximasse cada vez mais dos nossos trabalhos.

Temos diversas dúvidas. Acho que tudo que foi levantado aqui pelos nossos colegas, todos os questionamentos que foram feitos são realmente um eco do que



ouvimos nos quatro cantos desta Casa. Temos, muitas vezes, dificuldades de entendimento e em relação aos formatos utilizados pelos Tribunais de Contas.

Eu acho que o Deputado Hildo Rocha foi muito feliz quando questionou a questão das obras paralisadas, principalmente do FNDE. É um problema que atinge o Brasil inteiro, porque é dinheiro público jogado fora, desperdiçado, e não conseguimos enxergar uma solução em curto prazo. Tem que haver urgentemente uma ingerência.

Acho também que o TCU precisa se aproximar mais dos processos licitatórios, da formatação das licitações, para que não haja confusões como de vez em quando tem acontecido. Com relação ao Estado da Bahia mesmo, nos últimos 30 dias, a bancada da Bahia, que é composta por 39 Deputados, esteve algumas vezes no TCU, para tratar da BR-415, que liga o Município de Ilhéus a Itabuna, sobre a qual há uma dificuldade, uma confusão de interpretação na questão licitatória. Trata-se de uma obra importantíssima para o Estado da Bahia, mas que está parada por uma dificuldade de entendimento entre o Governo e o Tribunal de Contas da União.

Então, nesse sentido, agradecemos e nos colocamos à disposição para trabalhar junto com o TCU e fortalecer cada vez mais essa parceria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao Dr. Cláudio Castello Branco, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

O SR. CLÁUDIO CASTELLO BRANCO - Muito obrigado, Senador. Serei bem breve.

Inicialmente, gostaria de mencionar as palavras do Senador quanto à confiança no gestor. Defendo claramente, veementemente, o respeito total ao gestor. Entraram agora no TCU 40 auditores novos. E, na palestra que fiz, a primeira coisa que falei foi sobre o respeito ao gestor. Logicamente deve haver um foco de punição naquele que comete delitos graves, mas deve haver outro foco na melhoria dos processos e principalmente no respeito ao gestor.

Por quê? Dos dez mandamentos do gestor, o primeiro mandamento é “*Não faça*”, em virtude do que foi comentado: os imbróglios administrativos e a dificuldade



orçamentária. Isso é péssimo! Então, os auditores, respeitando o gestor, têm que fomentar a melhoria dos processos, para que consigamos realmente resultados.

Hoje o gestor basicamente apaga incêndio ou atende a órgão de controle e fiscalização. Isso tem que mudar — e tem que mudar com a parceria nossa. Quem faz é o gestor, não é o auditor. Então, temos que promover o gestor para que ele faça realmente e entregue resultados.

Quanto ao item apresentado pela Deputada Carmen Zanotto, queria esclarecer que fizemos um trabalho bem recente e que eu gostaria de ter a oportunidade de apresentar à Deputada ou à CMO. Trata-se do o Acórdão nº 1.787, de 16 de agosto de 2017, bem recente, sobre a judicialização na saúde. Esse acórdão tem vários itens bem interessantes, várias propostas muito construtivas. E eu gostaria de ter a oportunidade de apresentá-lo aqui à CMO ou à Deputada.

Quanto ao questionamento do Deputado Domingos Sávio, registro que nós tratamos da parte de segurança pública. E eu gostaria de passar às mãos do Deputado um relatório recente nosso, um resumo sobre a governança de segurança pública, o Acórdão nº 811, de 2017, que trata de vários assuntos referentes à segurança, inclusive da falta do Plano Nacional de Segurança Pública.

A segurança pública só funciona se houver integração entre as Polícia Federal e as polícias estaduais e municipais. Então, esse trabalho pega todos os níveis — Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal —, abarca todos os elementos e faz propostas construtivas. Vou passá-lo às mãos do Deputado, para conhecimento.

Da mesma forma, podemos vir apresentar este trabalho do Acórdão 811, de 2017, que também é recente.

Quanto à Previdência, nós temos também um trabalho recente. Foi a primeira demanda que o nosso Presidente fez este ano. Você tem o número do acórdão, Marcelo?

O SR. MARCELO BARROS GOMES - O acórdão é muito recente, é deste ano de 2017. Estamos pegando o número aqui.

O SR. CLÁUDIO CASTELLO BRANCO - Eu não tenho o número dele. Mas também nos prontificamos a apresentá-lo aos senhores.



Basicamente o que constatamos lá? Que há déficit. Nós não estamos mais falando que não há déficit, pois há déficit. Porém, há outros problemas cuja solução pode contribuir para a diminuição do déficit. Entre eles, o tema da desoneração tem que ser tratado: o que, quando e como. A má gestão dessa área da Previdência também é real. Todos esses problemas de que falamos aqui são de má gestão, mas podem ser minimizados. E há fraude também. Então, a solução de todos esses problemas pode diminuir o déficit existente, pois ele existe.

Antes de responder ao Deputado Toninho, eu gostaria de agradecer as perguntas de todos os Parlamentares. Sob o aspecto do controle social, o Tribunal tem uma linha de treinamento muito forte. Só no ano de 2016, nós treinamos 50 mil gestores de Municípios. No último trabalho que fizemos, alcançamos 7.700 instituições, dentre as quais 5.000 são da área municipal e estadual.

Embora Estados e Municípios não sejam nossa responsabilidade premente, nós temos um foco muito grande nesses entes, pois são eles que fazem a mudança transformadora de que precisamos, a mudança política, e trazem os resultados necessários.

Voltando à área da Previdência, é o Acórdão nº 1.295 que aponta a existência de déficit e a necessidade de propostas de melhoria, para que não ocorram os problemas que pensamos que podem acontecer.

Então, eu gostaria só de dizer que, quanto a esses acordos todos, nós teríamos muita honra de vir aqui apresentar os resultados aos senhores da CMO ou especificamente a cada Parlamentar, através da nossa assessoria parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Faltou falar sobre o FNDE.

O SR. CLÁUDIO CASTELLO BRANCO - Perdão! Faltou falar sobre a dívida pública e também sobre o FNDE.

Complementando, então, nós tivemos uma reunião recentemente, na semana passada, com o Presidente do FNDE, com foco na continuação e no término dessas obras. Se não me engano, são 700 milhões de reais de recursos ainda envolvidos. Parece que 200 milhões de reais são de obras que podem terminar rapidamente. Quanto às outras, nós estamos viabilizando com o FNDE uma forma jurídica viável



para que as creches sejam terminadas. Há um interesse muito grande do nosso Presidente e da nossa instituição que isso seja feito.

Por favor, Léo.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ - Obrigado.

Deputado Hildo, V.Exa. perguntou sobre os trabalhos da dívida. Tem se falado de uma auditoria da dívida, mas, na verdade, existem algumas auditorias em andamento sobre a dívida pública, as quais vão terminar em sequência: uma em setembro, uma em outubro e uma em novembro. Então, são três auditorias diferentes.

A primeira, que vai terminar agora em setembro, está analisando os empréstimos feitos pelo Tesouro ao BNDES e a regularidade daquelas operações. Foi emprestada alguma coisa próxima de 500 bilhões de reais em títulos com emissão direta ao BNDES.

A regularidade dessa operação está sendo analisada, se ela foi adequada do ponto de vista da execução orçamentária, do planejamento orçamentário, da submissão do Executivo ao Parlamento. Esse é um ponto que está sendo analisado e é bastante relevante, porque, falando em números originais, só ele representa quase 500 bilhões de reais na dívida pública.

Existe outra auditoria que se relaciona com a dívida pública e que tem a ver com as garantias concedidas pela União aos empréstimos dos Estados. Houve situações em que, eventualmente, os Estados não tinham boas condições para receber empréstimos e, mesmo assim, a União concedeu a garantia, o que levou os Estados ou ajudou os Estados a entrar numa situação de degradação fiscal grave. No fim das contas, isso acaba impactando a União por força da renegociação.

E existe uma auditoria mais geral, que tem foco na transparência da gestão da dívida pública. Ou seja, ela não pretende exatamente pegar toda a dívida pública e auditá-la novamente. Não é esse o seu foco. Ela é uma auditoria operacional, que quer olhar exatamente como foi o processo de endividamento desde a LRF para cá, ou seja, quais foram os fatores econômicos, quais foram os fatores jurídicos que levaram a esse endividamento, para nós podermos passar essa informação.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Isso é de 2000 para cá, não é?



O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ - Sim, exatamente. O corte foi a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ela nasceu de uma solicitação do Congresso Nacional, feita pelo Senador Alvaro Dias, que elencou sete quesitos, que foram aprovados pela Mesa. Nós vamos responder a esses sete quesitos.

Antes de encerrar, eu queria voltar só a uma questão levantada pela Deputada Carmen. Embora ela tenha falado da saúde, eu acho que a questão da disponibilidade de recursos, ou seja, da imprevisibilidade dos recursos acaba afetando a maior parte das políticas públicas.

Isso tem um pouco a ver com o papel do Orçamento. Nós imaginamos que, por ocasião do Orçamento, o Congresso vai deliberar quais políticas públicas serão financiadas ao longo do ano. Mas, infelizmente, nos últimos anos, não foi isso o que aconteceu. Esse relatório que nós trouxemos aqui aponta isso. Houve várias situações em que as receitas foram superestimadas, e isso acomodou uma série de despesas.

Então, a decisão alocativa, que seria do Congresso, passa a ser do Poder Executivo. E, ao longo do ano, durante a execução, quando a arrecadação não cumpre aquilo que se esperava — porque as receitas foram infladas —, o que vai acontecer é que o Executivo vai decidir o que tem que fazer à luz de uma meta fiscal. Com isso, ele vai segurar os recursos e vai liberá-los só eventualmente, no fim do ano.

Existe um problema que nasce exatamente dessa questão do papel do Orçamento. E nós imaginamos que agora, com a Emenda Constitucional de 1995, tenhamos caminhado ou pelo menos dado alguns passos para solucionar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cacá Leão) - Agradeço a apresentação de todos. Agradeço a presença do Cláudio Castello Branco, do Marcelo Barros Gomes, do Leonardo Rodrigues Albernaz. Agradeço aos técnicos do TCU que se fazem presentes. Agradeço aos membros e à equipe da Comissão Mista de Orçamento.

Quero pedir desculpas. O Senador Dário Berger teve que se retirar porque se iniciou o processo de votação nominal no Senado. Mas, como falei anteriormente, estamos à disposição e desejamos estreitar cada vez mais a relação não só entre a



Comissão Mista de Orçamento e o TCU, mas também entre o Congresso Nacional e o TCU. Isso é importante para o País.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.